

AGENTES SOCIAIS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA

AGENTES SOCIALES DE LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO RURAL EN EL TERRITORIO DO SISAL – BAHIA

Edinusia Moreira C. Santos

Professora da Universidade da Estadual de Feira de Santana – UEFS.
nusiafs@hotmail.com

Onildo Araujo da Silva

Doutor em Geografia.
fssilvafs@hotmail.com

Resumo

Esse artigo apresenta um panorama dos principais agentes que, cotidianamente, fazem e refazem o espaço rural do Território do Sisal no Estado da Bahia. Identificamos como a ação de latifundiários, pequenos proprietários de terra, movimentos sociais organizados, sindicatos, Estado, empresários rurais, trabalhadores rurais assalariados, posseiros, meeiros e agregados, resulta numa constante organização e apropriação desigual do espaço rural, sendo essa o reflexo da convergência de interesses diversos que se sobrepõem a partir da cooperação e do conflito, materializando no território o dinâmico processo social de espacialização.

Palavras-chave: Espaço rural. Agentes sociais. Território. Produção do sisal. Organização do espaço.

Resumen

En este trabajo analizamos los principales agentes que actúan en el espacio rural del Territorio do Sisal - Estado da Bahia. Identificamos como la acción de propietarios de tierras, movimientos sociales organizados, sindicatos, Estado, empresarios rurales, trabajadores rurales empleados, colonos y agregados, resulta en una organización y apropiación desigual del espacio rural, siendo esa organización reflejo de la convergencia de los diferentes intereses que se superponen a partir de la cooperación y del conflicto, materializando en el territorio el dinámico proceso social de espacialización.

Palabras clave: Espacio rural. Agentes sociales. Territorio. Producción de sisal. Organización del espacio.

Introdução

O espaço rural pode ser analisado a partir do entendimento dos principais agentes que, numa determinada escala, reconstroem cotidianamente o espaço, definindo formas específicas de apropriação dos territórios e forjando uma dinâmica de cooperação e conflito que se realiza no lugar. Rural, no entanto, é mais que o simplesmente agrícola. É um espaço complexo, onde agentes como proprietários de terras, posseiros, meeiros, assalariados, empresas rurais, Estado, sindicatos, associações e cooperativas, entre outros, se relacionam constituindo territórios que atendem a uma lógica específica, normalmente definida em função de um agente hegemônico.

Desse ponto de vista o rural é aqui entendido como “tudo que pertence ao campo - ager -, englobando o que é agrícola e não agrícola” (TEIXEIRA e LAGES, 1997, p. 11). Numa perspectiva semelhante:

[...] o Espaço Rural não pode ser observado apenas como receptáculo de atividades agrícolas e sim, a partir do movimento de mudança de direção da atividade com a expansão de atividade não agrícola, as quais revelam-se como subsidiárias da manutenção de produtores polivalentes no rural (ANTONELLO, 2001, p. 13).

O estudo do rural deve preocupar-se com o espaço construído pela ação de determinados agentes sociais que, cotidianamente, reconstroem esse rural e provocam mecanismos de reapropriação territorial. Esses agentes remodelam os espaços da agricultura, da pecuária, do turismo rural, entre outros, na busca de realização de seus objetivos.

Assim, admitimos que o espaço é dinâmico e definido de acordo com a concretização de um amplo sistemas de ações que integrado aos sistemas de objetos resultam na sua construção e organização (SANTOS, 1996).

A compreensão da lógica implícita em dado espaço requer o estudo da técnica, da norma, da ação e da percepção que integradas resultam na organização (SILVA, 2008). Essa organização, sempre dinâmica e passível de periodização, é o foco desse artigo, com ênfase para a identificação dos agentes que animam as ações.

Durante todo o processo desencadeado na sua vida social, o homem produz

sistemas de objetos e sistemas de ações que garantem a construção e reconstrução do espaço onde a tendência à homogeneização é fortemente assinalada pela generalização da ação na lógica da ampliação da reprodução do capital, ou seja, no capitalismo os agentes hegemônicos tendem a reproduzir, em todos os cantos, a mesma lógica. Porém é justamente a resistência de outros agentes a essa homogeneização que criam as condições de diferenciação espacial. No espaço rural a convivência, nem sempre pacífica, de empresários rurais, pequenos proprietários, posseiros, sem-terra, entre outros, é a principal fonte de criação dos mecanismos de reapropriação do território. Portanto, identificamos a seguir os principais agentes que atuam no espaço rural do Território do Sisal no Estado da Bahia e caracterizamos as principais formas de atuação.

Argumentamos que determinados agentes direcionam suas atividades especificamente para o rural enquanto outros são mais polivalentes. Por isso, para a análise do espaço rural trabalharemos com os seguintes agentes:

1. Os proprietários de terra: latifundiários e pequenos proprietários;
2. Assalariados rurais, parceiros, arrendatários e meeiros;
3. Os empresários rurais;
4. Movimentos sociais de luta pela terra;
5. O Estado; e
6. As organizações civis: associações, cooperativas e sindicatos.

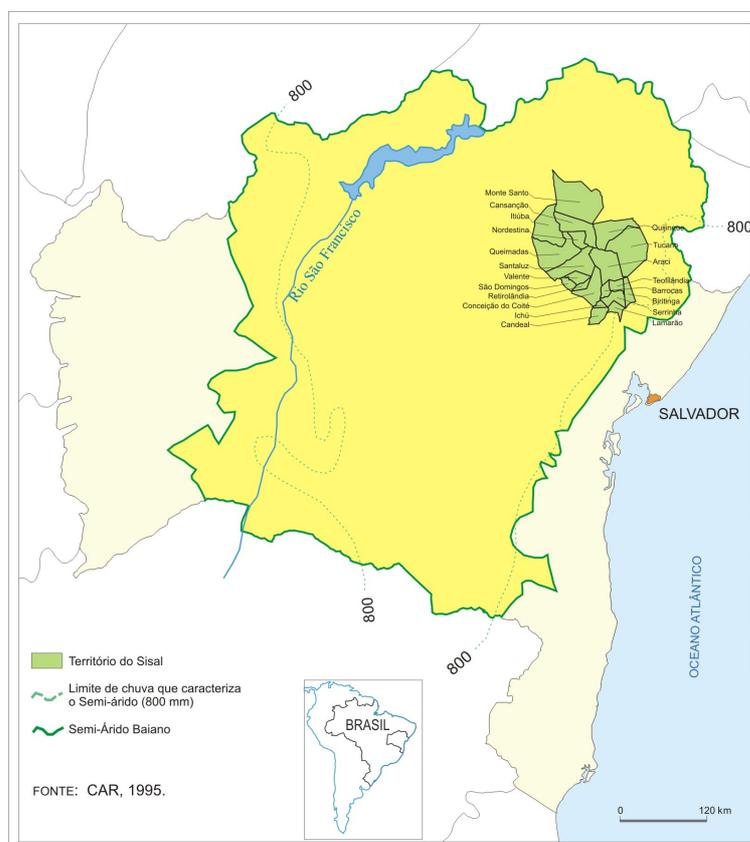
Um olhar mais atento para o espaço rural baiano permite a rápida identificação de grupos sociais que, dia-a-dia, participam de um complexo processo de construção e reconstrução do espaço rural, seja através da ação produtiva direta, seja através da luta por melhores condições de trabalho, ou seja, através de lutas sociais pelo acesso a terra. Assim, caracterizamos a seguir o Território do Sisal e os aspectos fundamentais da ação de cada um desses agentes, demonstrando exemplos e relacionando-os entre si.

O Território do Sisal

A idéia da existência de um Território do Sisal é relativamente recente. Até o final da década de 1990 os municípios que compõem o que hoje denominamos de Território do Sisal normalmente eram enquadrados como pertencentes à Região Sisaleira da Bahia. Essa mudança de foco ocorre com as novas diretrizes adotadas pelo governo federal a partir da administração do Partido dos Trabalhadores.

O Território do Sisal, de acordo com o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira (CODES – Sisal), é constituído por 20 municípios do Nordeste Baiano (Mapa 1): Monte Santo, Itiúba, Cansanção, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Tucano, Araci, Teofilândia, Biritinga, Ichú, Lamarão, Serrinha, Barrocas, Candéal, Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, Santaluz e São Domingos.

Mapa 1.
Território do Sisal no contexto do Estado da Bahia –
Brasil. 2008.



O Território do Sisal é importante não apenas por sua contribuição econômica, através da cadeia produtiva do sisal, mas também porque tem sido, historicamente, locus do fortalecimento dos movimentos sociais na Bahia, de formas não governamentais de ação.

Há uma mobilização das pessoas em torno de associações e cooperativas, de movimentos que se organizam, como aqueles ligados ao CODES, ao Movimento de Organização Comunitária (MOC), ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enfim, as diversas formas de organização para contribuir com a melhoria de vida das pessoas e com o desenvolvimento.

Agentes da produção dos territórios

Os proprietários de terra - latifundiários

O primeiro aspecto a destacar com relação aos latifundiários é seu caráter de proprietários da terra. Essa propriedade lhes confere poder de uso e especulação, onde a terra é mantida com o objetivo de conseguir empréstimos bancários ou mesmo como elemento de obtenção do poder num determinado território, como no caso já histórico do Nordeste semi-árido brasileiro onde o latifúndio tem uma função de perpetuar a estrutura desigual que vem caracterizando o espaço rural brasileiro desde a doação das sesmarias, ou seja, perpetua-se a desigualdade e a concentração do poder.

No Território do Sisal não é diferente, inclusive é comum a existência de grandes latifúndios, alguns na casa dos milhares de hectares de terras. Outra faceta desse processo é a concentração de grandes parcelas de terras para a constituição da monocultura do sisal.

A ação do latifundiário que não atua como empresário rural é a de construir o espaço de forma que o rural possua pouca dinamicidade, mantendo uma estrutura organizacional que o interessa, pois a conservação é fundamental para a manutenção do poder. E aqui não podemos deixar de destacar as grandes fazendas de criação extensiva de gado, normalmente pouco produtivas, mas mantidas como forma de estabelecer relações entre o proprietário e agentes do Estado ou mesmo com os trabalhadores que

sem a propriedade da terra ficam a mercê do trabalho de ganho como diaristas nessas grandes propriedades.

Ao contrário, o latifundiário que investe em grandes lavouras ou em grandes empreendimentos pecuários busca a ampliação da homogeneização do espaço rural pela via da manutenção de mecanismos que facilitem sua reprodução enquanto agente que define os usos do território. Nesse caso esse agente está conectado com os humores de um mercado mundial de produtos agrícolas e atua na área do plantio e beneficiamento do sisal que é exportado in natura ou na forma de fios, cordas, tapetes e carpetes.

Os proprietários de terra - pequenos proprietários

Esse agente também detém a propriedade da terra mas em quantidade não suficiente para utilizá-la com os mesmos objetivos do latifundiário. O pequeno proprietário de terra tende a organizar a sua propriedade a partir do trabalho familiar, com o objetivo, em última instância, da manutenção do núcleo familiar. Normalmente a pequena produção não dispõe de recursos técnicos de ponta gerando, nos anos bons, uma produção que é vendida irregularmente para os mercados locais e regionais, principalmente de produtos como milho, feijão e mandioca. Também é comum a criação de caprinos e ovinos e a manutenção de um pequeno campo de sisal de onde se retira a fibra normalmente uma vez por ano.

Portanto, a ação desses pequenos proprietários normalmente demanda um conjunto de fluxos no sentido CAMPO ↔ CAMPO e CAMPO ↔ CIDADE. A pequena propriedade tem produzido, em várias regiões do Estado da Bahia, boa parte do milho, feijão, mandioca, hortaliças e frutas, consumidas nas grandes e médias cidades. Há uma intensa relação entre a cidade e seu entorno e é comum comprar produtos diretamente das mãos do pequeno produtor, através das feiras livres organizadas pelas prefeituras. Além disso, é comum a ajuda entre famílias na época da colheita, como a tradicional bata de feijão nas pequenas propriedades baianas e a comercialização de animais como cabras, galinhas e gado bovino, criando uma solidariedade e demandando fluxos eminentemente rurais. Ou seja, a ação do pequeno proprietário tem gerado

horizontalidades que influenciam na criação de redes de integração regional, o que nem sempre acontece com as empresas rurais que produzem diretamente para exportação.

Além disso, o pequeno produtor de sisal se relaciona diretamente com os proprietários das bateadeiras e com os “donos de motor”, pois não se envolve diretamente com a organização do processo produtivo. Ou seja, o dono do motor é um sujeito que recruta os trabalhadores (cortadores da palha, botadores de palha, sevadores, resideiros e estendadeiras de fibra) comandando todo o processo de colheita e primeiro beneficiamento do sisal. Ele recebe um percentual previamente combinado com o dono da terra e se responsabiliza pelos demais trabalhadores e pela execução de todas as atividades. Normalmente o proprietário apenas vai a bateadeira sacar o dinheiro que lhe corresponde e não se responsabiliza pelos trabalhadores que atuam em sua propriedade.

No entanto, esses pequenos produtores têm se organizado em associações para reivindicar melhores preços para o sisal, sem, no entanto se preocuparem com as condições daqueles que trabalham no campo de fibra. Entre essas associações Santos (2007) destaca a APAEB-Valente (Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisalaiera), como sendo capaz de configurar um território que está articulado em rede a outros territórios na Bahia e no Brasil.

Assalariados rurais, parceiros, arrendatários e meeiros

Os trabalhadores assalariados não possuem os meios de produção e se vêem obrigados a oferecer seu trabalho sob as mais diversas condições. No espaço rural baiano verificamos relações de trabalho que são peculiares, onde o proprietário da terra se apropria do excedente gerado pelo trabalhador rural, seja numa relação de trabalho legalizada – o que é mais difícil de encontrar – seja numa relação de acordo verbal com o proprietário.

Entre essas relações o trabalho assalariado tem sido freqüente em atividades da cadeia agroindustrial ou mesmo em atividades não-agrícolas. Sua realização demanda fluxo de trabalhadores, capital e informação para a concretização da atividade que se realiza no rural. Aqui ocorre forte integração com o urbano através da migração pendular ou mesmo da migração cidade-campo. Geralmente as reivindicações dos

trabalhadores rurais assalariados se realizam na cidade, onde estão as sedes das empresas e dos órgãos públicos de regulação.

Diferente do trabalho assalariado com registro em carteira de trabalho, o trabalho de ganho ou a diária tem sido predominante em várias regiões do Brasil a exemplo da Nordeste. Esse tipo de trabalho ocorre com a contratação, muitas vezes “de boca” – como é comum se dizer em várias localidades aqui na Bahia – de pessoas desempregadas para trabalhar um dia (ou vários) na “roça” em troca de uma quantia em dinheiro, pré-fixada pelo acordo. Na Bahia, especificamente no Território do Sisal verificamos, em atividade de campo realizada no mês de agosto de 2009, que o trabalho era remunerado a R\$ 15,00 o dia quando o salário mínimo pago no Brasil era de R\$ 465,00. Essa remuneração era paga para que o trabalhador efetivasse atividades como o desmatamento de áreas de caatinga, a capina da roça, a destoca ou a feitura de uma cerca. Concluída a atividade o trabalhador recebia o valor estipulado e voltava novamente à condição de desempregado, sem obter qualquer tipo de benefício previdenciário.

Outra forma de realização do trabalho rural é a parceria. “[...] Na *parceria* o proprietário cede a terra ao agricultor no todo ou em parte, obrigando-se, às vezes, a dar assistência técnica mediante uma participação na colheita [...]” (ANDRADE, 1998, p. 233). A meação é um tipo de parceria, onde o proprietário divide com o trabalhador a produção obtida, entrando apenas com a posse da terra. Já o arrendatário é obrigado a pagar em dinheiro ou espécie pelo uso da terra de um terceiro, se tornado o responsável direto pelo processo produtivo.

Dessa forma, esses agentes acabam organizando a produção ou concretizando o processo delimitado por uma empresa rural ou proprietário de terra. Algumas vezes essas relações se tornam mais complexas quando, por exemplo, um arrendatário utiliza o trabalho de ganho ou mesmo o trabalho assalariado, ou quando uma empresa terceiriza parte da sua produção, através de contrato com proprietários que, por sua vez, utiliza-se de trabalho assalariado ou de ganho, para a realização do processo produtivo. Toda a dinâmica impressa pelas intensas relações entre esses agentes é fundamental para o entendimento dos processos que estruturam os espaços rurais nos diferentes

territórios da Bahia, uma vez que essas interações são variáveis de um para outro território.

Os empresários rurais

As empresas rurais atuam desde a agricultura, passando pelas cadeias agroindustriais até os complexos de turismo rural, por exemplo. Algumas empresas têm ampla capacidade de utilizar-se do espaço produtivo a nível regional, nacional e mundial, como é o caso da Nestlé e da Sadia. A grande empresa geralmente atua em cadeia (agroindústria) através de grandes oligopólios, tendo um amplo domínio dos espaços da produção agrícola e pecuária. A lógica de atuação está na racionalidade técnica, no acompanhamento e na construção de mercados, e vinculada à lógica da acumulação global de capital. As grandes empresas montam as suas estratégias espaciais e influenciam a organização do espaço em várias regiões, como demonstra Corrêa (1995) em seu estudo sobre a Souza Cruz.

As médias e pequenas empresas, tendo uma atuação mais regional, têm recriado estratégias para agregar valor aos produtos do campo, muitas vezes formam cooperativas e se associam diretamente aos produtores. Em vários casos a empresa nasce da Associação ou da Cooperativa, estando já diretamente associada a um determinado tipo de produto, como demonstra Santos (2002), em seu trabalho sobre a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia – APAEB – Valente. Nesse trabalho é analisada a forma como uma associação cria uma Indústria de Tapetes e Carpetes, passando a atuar como compradora do sisal produzido pelos seus associados.

Objetivos diferenciados, intervenções diferenciadas, formas diferenciadas de relacionamento com os agricultores, essa é a estratégia do grande empresário para a maximização dos seus lucros e realização dos objetivos empresariais. No Estado da Bahia o espaço rural conta com uma ampla diversidade de empresas que tem influenciado as formas de apropriação do território, de forma que uma análise consistente não pode abrir mão de entender como atuam e como se relacionam com os demais agentes aqui identificados.

Movimentos sociais de luta pela terra

A organização do trabalhador rural tem sido a principal forma de luta pela reforma agrária e pela melhoria das condições de vida no campo. São movimentos legítimos, com finalidades bem definidas e estratégias de ação. Entre as estratégias principais estão as ocupações de terra, os protestos, as marchas regionais e nacionais de trabalhadores. Esse processo gera uma intensa relação campo ↔ cidade, a partir da força que possui de mobilizar pessoas e de questionar o modelo social, político e econômico adotado no país.

Entre os movimentos de maior destaque na Bahia estão o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento de Luta Pela Terra (MLT), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Pastoral da Terra.

Do ponto de vista espacial podemos analisar tanto a forma como esses movimentos ordenam o território sob sua hegemonia quanto à forma como interferem na organização do espaço rural. Eles trabalham numa lógica diferente do Estado ou da empresa rural, ou mesmo do latifundiário, porque possuem outros objetivos. A estratégia de ocupar terras, de transformá-las em assentamentos, de organização dos assentados, de divisão privada ou uso coletivo da propriedade, possui caráter de intensa reestruturação do espaço. No caso do MST, por exemplo, existem diferentes lógicas de organização dos assentamentos que são reflexos dos objetivos do grupo assentado e da história de luta pela obtenção do assentamento.

Outra questão a ressaltar é a difícil relação entre esses movimentos, o Estado e os latifundiários. Normalmente o Estado tem intermediado os conflitos de acordo com os interesses específicos dos governantes deste ou daquele momento histórico. De acordo com o MST a Bahia contava, em 2005 com 30.862 acampamentos. No Território do sisal existem acampamentos e assentamentos em diversos municípios, como em Serrinha, Santaluz, Queimadas e Conceição do Coité.

O Estado

O Estado atua de forma direta na organização do espaço rural, através da definição de políticas públicas, dotação de infra-estrutura (estradas, adutoras, canais de irrigação etc.), regulação (via instituições públicas – ex: jurídicas) da relação entre os demais agentes sociais que produzem o espaço rural. Em grande medida devemos distinguir as esferas de ação Estatal, por exemplo, a ação do judiciário (principal juiz dos conflitos) difere da ação do legislativo e do executivo. Além disso, é diferente a ação do governo do Município, dos Estados da Federação e do País. Governos diferentes, com características ideológicas diferentes atuam de forma diferenciada, de sorte que mudar o governo pode significar mudar a ação do Estado em suas várias esferas de atuação.

As intervenções diretas do Estado na organização do espaço rural ocorrem quando este atua construindo infra-estrutura que privilegia esse ou aquele espaço em detrimento de outros, como, por exemplo, a construção de barragens e a implantação de perímetros de irrigação; através de políticas de habitação, de crédito subsidiado ou mesmo programas voltados para diversificação produtiva de uma região. De forma indireta quando o Estado induz, através de instituições educativas, de parcerias com sindicatos e associações, de empresas, a gestação de ações que modificam a organização social de um lugar ou região, criando, por exemplo, novas mentalidades ou novas maneiras de agir sobre o espaço, o que conseqüentemente leva a sua reorganização.

A ação do Estado não foi suficiente para interferir na reestruturação de grandes áreas rurais no Território do Sisal. Ao longo desta última década podemos destacar programas de incentivo a caprinocultura, como o Cabra Forte, na escala estadual, e o impacto de programas do Governo Federal, já tradicionais no Brasil, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). São programas importantes e que tem auxiliado a reduzir as desigualdades, mas não contribuem para uma reestruturação do campo, que continua tendo no tripé, sisal, ovinocaprinocultura e agricultura de subsistência a base produtiva da maioria das propriedades. Além disso, é evidente que a

ação do Estado contribui para a manutenção dos latifúndios dedicados a criação extensiva de gado bovino.

Logo, de todos os agentes o Estado, mesmo possuindo maior capacidade de fazer agir todos os demais, não foi capaz de induzir processos de reestruturação. A grande questão é a definição das prioridades da ação Estatal, pois nem sempre essa ação está a serviço da maioria dos cidadãos.

As organizações civis: associações, cooperativas e sindicatos.

Essas organizações se destacam em função do seu papel no sentido de aglutinar pessoas em torno de uma causa comum, seja uma associação para diminuir dificuldades na esfera da produção, seja um sindicato que tem como objetivo defender uma classe trabalhadora ou empresarial ou ainda, cooperativas que tentam aglutinar as pessoas para fazer as duas coisas já mencionadas. Elas atuam fora da esfera do Estado e, muitas vezes, em parceria ou contra o mesmo, em busca da viabilização dos objetivos delimitados pelo conjunto dos seus membros.

Argumentamos que, do ponto de vista espacial, é possível identificar tanto a organização do próprio sindicato ou associação quanto a forma como a ação de cada entidade interfere na organização do espaço no qual está inserido.

Associações

No que se refere à organização do espaço rural podemos citar associações que trabalham com a agricultura, pecuária e com outras atividades desenvolvidas especificamente no rural. A cada projeto que desenvolvem, reorganizando o espaço e dinamizando os fluxos em diversas escalas, as associações, sejam municipais ou regionais, vão ampliando seu poder de relacionamento com os demais agentes e, conseqüentemente, assumindo maior papel na definição da organização do espaço rural onde atuam.

Um exemplo da ação desse agente é a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) fundada em 1980 e que possuía sede em diversos municípios

do semi-árido baiano. No entanto, entre todos os núcleos, merece destaque significativo a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. Municipalizada em 1993 e continuando com a mesma sigla APAEB, essa Associação tornou-se modelo de agente na reorganização do espaço rural.

Com relação à APAEB Santos (2002) afirma que nessa associação destacam-se projetos que visam à reorganização produtiva da propriedade em consonância com uma convivência adequada com o semi-árido. Esses projetos têm dinamizado os fluxos entre o espaço rural e o espaço urbano dos municípios onde atua essa associação, seja através do leite para o laticínio, peles para o curtume, sisal para a bateadeira ou do deslocamento de estudantes para a Escola Família Agrícola. Mas, além disso, é necessário ressaltar que todas essas atividades estão tendo um rebatimento direto na organização espacial das propriedades dos associados. Na mesma investigação Santos (2002), formata um modelo que esquematiza a reorganização espacial provocada nas pequenas propriedades a partir da atuação da APAEB, além de apresentar depoimentos de agricultores que ratificam essa ação, como o que reproduzimos a seguir:

Bem, antes do Fundo Rotativo eu particularmente não tinha nada, né. Era a casinha bem pequena e mal estruturada, era porque a minha renda era bem mínima e depois que eu consegui esse projeto do Fundo Rotativo eu consegui até ampliar a minha casa, mas o critério mesmo para o projeto do Fundo Rotativo foi em cima de um projeto de comprar algum criatório de cabra, esse foi um dos critérios.

Eu fiz o projeto, na época, era pra comprar apenas uma matriz de cabra, porque na época o meu terreno era apenas uma tarefa de terra, não tinha terra também... E daí foi que eu fui fazendo a semente, produzindo e consegui pagar o meu projeto, todas as parcelas que fizemos.

E depois do projeto, eu tive ainda uma renda com esse mesmo criatório de cabras, elas foram rendendo e aí eu pude mais alguma coisa, fiz aquela cisterna, fiz, ampliei mais a minha casa, no caso né, e também alguns silos, silagem para o próprio animal; também como o plantio de palma, leucena, algaroba. E o feno também foi uma orientação técnica que os técnicos da APAEB, foi uma boa orientação pra gente e isso me ajudou muito (Agricultor de Valente citado por SANTOS, 2002. p. 48-50).

De acordo com o depoimento percebemos como uma associação é capaz de atuar diretamente como reorganizadora da propriedade rural e, à medida que atinge número expressivo de propriedades, como reorganizadora do espaço rural, urbano e regional, como demonstrado na investigação citada. Muitas vezes a associação nasce de

um pequeno grupo de trabalhadores rurais que, exercitando a cooperação e o associativismo, conseguem melhorar sua vida, dos companheiros de associação e de toda uma comunidade. Por isso, o fortalecimento de uma mentalidade associativista pode ser apontada como uma das vias para a reestruturação do rural brasileiro.

Cooperativas

Outro importante agente, representativo da sociedade civil, que atua direta e indiretamente na reorganização do espaço rural é a cooperativa. Sua ação se diferencia da ação das associações em geral porque juridicamente podem envolver-se em atividades econômicas com o objetivo de repartir os lucros em benefício direto de cada um dos cooperados. No Território do Sisal se destacam as cooperativas de produção e de crédito.

Um exemplo significativo é a Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE) que foi fundada em 1993 e atua em 6 municípios do semi-árido baiano, possuindo agências bancárias.

Essa Cooperativa pode ser considerada um agente na reorganização do espaço rural em função de parte das suas atividades estarem direcionadas para o financiamento dos agricultores. Segundo a COOPERE em 1993 eram 20 cooperados e em 2006 esse número já chegava a 10.583. Já o empréstimo rural financiou no ano de 2006, para a agropecuária, o total de R\$ 2.113.219,00. Dinheiro diretamente emprestado aos sócios para o desenvolvimento de projetos na agricultura, pecuária e aumento da produção. Sendo a COOPERE uma cooperativa de crédito rural, a viabilização do mesmo já estaria possibilitando a concretização de seu objetivo, no entanto, existe por parte dessa cooperativa uma orientação para que o agricultor possa cuidar corretamente da sua propriedade e aplicar adequadamente o crédito.

Esse trabalho vem sendo realizado por dois caminhos:

- através de um convênio firmado com a APAEB para que os técnicos agrícolas e agrônomos dessa entidade dêem a necessária assistência técnica aos sócios do SICOOB-COOPERE;
- através de uma sistemática de cursos de capacitação para os agricultores que foram beneficiados com o crédito proveniente do convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Para isso o SICOOB-COOPERE

firmou convênio com a ASPA - Assessoria, Pesquisa, e Avaliação de Projetos Sociais, para realizar esse processo de trabalho (COOPERE, 2003, p. 14).

Ainda segundo a COOPERE (2003), no ano de 2002 foram realizados 10 cursos para a orientação de utilização do crédito, com um total de 300 participantes e 13 cursos sobre cooperativismo. Assim, a COOPERE tem desenvolvido atividades que auxiliam na reestruturação produtiva das propriedades, ou seja, tem impulsionado reorganização no espaço rural, além de implementar parcerias com outros agentes a exemplo dos órgãos de Estado e das Associações.

Sindicatos

A característica básica do sindicato é o seu papel de representante de uma categoria na mediação de conflitos e/ou parcerias com os demais agentes sociais. Do ponto de vista jurídico é o sindicato o representante legítimo do trabalhador diante do Estado. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), espalhados por todo o Brasil, tem tido grande papel a nível local, em ações que pressionam o Estado para que conceda os benefícios legalmente instituídos e que exerça seu papel de destaque na esfera das políticas de crédito agrícola, assistência técnica, assistência social (principalmente a aposentadoria).

Com relação aos empresários rurais e urbanos os sindicatos podem mediar acordos entre patrões e empregados, ajudar na legalização do trabalho rural com a fiscalização do mundo do trabalho, como pode também lutar no sentido de melhorar a remuneração e as condições de trabalho às quais estão submetidos os homens e mulheres da zona rural. No entanto, a força e amplitude dessa ação são muito variáveis de sindicato para sindicato dependendo da capacidade de mobilização local e até regional de cada entidade.

O sindicato tem, antes da ação direta na produção do espaço rural, um papel de intermediar a ação do trabalhador. Intermediar as negociações com os Empresários Rurais, os proprietários de terra e com o Estado. Em muitos casos o sindicato acaba substituindo o Estado, como no caso da assistência médica, mas, em essência, sua

função primordial é a organização dos trabalhadores na efetivação de melhores condições de vida e de trabalho; e isso, certamente, produz ações com rebatimentos espaciais.

No Território do Sisal merece destaque a intensa relação entre os sindicatos rurais e as associações e cooperativas e com movimentos sociais de base relacionados com a religião, o movimento de mulheres trabalhadoras e os excluídos da propriedade da terra. Em conjunto esses agentes já conseguem força suficiente para serem ouvidos pelos poderes públicos e interferirem nos rumos das ações planejadas para o território, como é o caso da ampliação gradativa da participação das pessoas ligadas a essas entidades na elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial levado a cabo pelo CODES-Sisal, que já consegue influenciar a tomada de decisão na esfera dos governos estadual e federal.

Considerações finais

Os agentes sociais da produção do espaço rural, aqui definidos em função da observação do rural baiano contemporâneo, agem no sentido de utilizar o espaço para a obtenção de suas finalidades. Finalidades divergentes, agentes diferenciados compõem uma intensa e contraditória luta pela apropriação do território no rural. A terra é central nesse embate, visto que a agricultura e a pecuária – principais atividades realizadas no rural, ainda se utilizam de extensas áreas de terra. A terra não é apenas o suporte para a produção é um passaporte para a propriedade, para o trabalho não-assalariado, para a moradia, para a inserção na esfera da produção e para a gestação de uma identidade do homem e da mulher rural com o campo. Não é sem razão que o conflito pela terra vem se configurando um problema que coloca frente à frente, ideologias diversificadas e tem amplo rebatimento na definição de determinadas políticas públicas. Sem terras, latifundiários e Estado tem lutado em campos opostos e essa luta desafia a sociedade para um amplo debate sobre a reforma agrária.

O Estado é um agente fundamental, atuando de forma direta e indireta na organização do espaço rural. Sua relação com os empresários, com os latifundiários e pequenos proprietários, com os sem terra, com as associações, cooperativas e sindicatos

é muito complexa e depende muito da política traçada por cada governo. Dessa forma, a geografia rural tem buscado compreender essas relações e suas implicações territoriais, no sentido de contribuir para a ampliação do conhecimento sobre cada um dos agentes.

É importante enfatizar que rural é muito mais que agrícola e que o Brasil talvez seja mais rural do que define as estatísticas do IBGE. “Afinal, o Brasil urbano dificilmente será formado por mais do que 800 cidades que concentrarão, talvez, uns 70% da população. Outros 30% ou mais continuarão distribuídos por milhares de pequenos municípios do vasto Brasil rural” (VEIGA, 2002. p. 58).

Na perspectiva aqui trabalhada a via para a pesquisa sobre as peculiaridades do rural é o desvelamento dos condicionantes da ação de cada um dos agentes, numa intenção clara de conceber o espaço como dinâmico e organizado, passível de ser entendido através da resposta à pergunta: quem produz o espaço rural?

Referências

ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANTONELLO, I. T; VARGAS, M. A. M. **Visões do espaço rural**. Aracaju: Gráfica e Editora Triunfo Ltda; São Cristóvão: UFS, POSGRAF, NPGeo, 2001.

COOPERE, **Relatório Anual – 2002**. Valente: SICOOB-COOPERE, 2003.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Orgs) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, E. M. C. **Reorganização Espacial e Desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia: O Papel da associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente**. Salvador: UFBA, 2002. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, E. M. C. **Associativismo e Territorialidade na Região Sisaleira da Bahia: relações com o Desenvolvimento**. Aracaju: UFS, 2007. (Tese de Doutorado).

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. HUCITEC. São Paulo. 1996.

SILVA, O. A. da. **Recursos hídricos, ação do estado e reordenação territorial: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de ponto novo no estado da Bahia - Brasil.** Universidade de Santiago de Compostela: Santiago de Compostela, 2008. (Tese de Doutorado).

TEIXEIRA, M. A; LAGES, V. N. **Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão.** Revista de Geografia. V. 14. UNESP: São Paulo, 1997.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.

Artigo recebido em julho/2009 e aceito para publicação em janeiro/2010.